

ATIVIDADES DE EXTENSÃO IMPLEMENTADAS PELO “PROJETO VOLANTE CONSUMIDOR MIRIM NAS ESCOLAS”: O TEATRO COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA

CHACON¹, Igor Duarte

JACINTO², Pâmela Lizandra Dantas

LIMA³, Anne Carolinny da Silva

PEREIRA⁴, Glenda Gleicy da S.

TARGINO JUNIOR⁵, Harrison Alexandre

SOUZA⁶, Marina Josino da Silva

SANTOS⁷, Fábio Bezerra dos

Centro de Ciências Jurídicas/ Departamento de Direito Privado/ PROBEX.

RESUMO

O Núcleo de Cidadania e Defesa do Consumidor projeto de extensão em Direito do Consumidor vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, desenvolve um trabalho junto às escolas da rede pública municipal e estadual do município de João Pessoa, através do “Projeto Volante Consumidor Mirim nas Escolas” que visa, através da utilização da metodologia do teatro, a educação para o consumo consciente, incentivando e munindo os pequenos cidadãos dos instrumentos necessários para o exercício de sua cidadania e com isso almejando que os alunos assistidos pelo projeto se tornem cidadãos conscientes e politizados, e capazes de exigir o provimento das suas necessidades mais urgentes no contexto das relações comerciais de consumo.

PALAVRAS-CHAVE

Consumidor mirim, teatro, cidadania

¹ Universidade Federal da Paraíba – UFPB, extensionista colaborador, maradv83@hotmail.com.

² Universidade Federal da Paraíba – UFPB, extensionista colaboradora, maradv83@hotmail.com.

³ Universidade Federal da Paraíba – UFPB, extensionista colaboradora, maradv83@hotmail.com.

⁴ Universidade Federal da Paraíba – UFPB, extensionista colaboradora, maradv83@hotmail.com.

⁵ Universidade Federal da Paraíba – UFPB, extensionista colaborador, maradv83@hotmail.com.

⁶ Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Coordenadora do Projeto, maradv83@hotmail.com.

⁷ Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Vice-Coordenador do Projeto, fabioadv83@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

É possível afirmar que a proteção ao consumidor já existe desde há muito. A partir do momento em que a sociedade deparou com a possibilidade de prover suas necessidades mais urgentes no contexto das relações comerciais, existiu o cuidado de introduzir no âmbito jurídico, determinadas providências objetivando o meio-termo entre as partes da relação. Entretanto, pode-se atribuir o seu desenvolvimento ao molde societário do século XIX, o qual era embasado no modelo liberal que possuía como padrão positivo a propriedade e a iniciativa privada. Sabe-se que foi somente depois da Segunda Grande Guerra, entretanto, que a economia atingiu o seu incremento em virtude do surgimento de novos insumos tecnológicos e também devido ao crescimento dos mercados mundiais. Sentiu-se a necessidade, devido ao aumento da produção e também do comércio, de proteger os cidadãos consumidores das consequências contraproducentes presentes na sociedade de consumo. As normas legais de proteção e defesa do consumidor segundo a interpretação da ordem constitucional vigente se apresentam como sendo de ordem pública e interesse social. Diferencia-se o Código de Defesa do Consumidor de outros diplomas consumeristas, pelo fato do mesmo regular não apenas matéria substancial elemento de codificação, mormente por abarcar diversos campos do direito. Assim sendo, é forçoso garantir aos cidadãos-consumidores, um dos seus direitos básicos, qual seja o direito à informação.

DESENVOLVIMENTO

Considerando a vulnerabilidade dos consumidores no mercado de consumo, é que o Núcleo de Cidadania e Defesa do Consumidor atua objetivando capacitá-los a compreender as particularidades do direito consumerista como ferramenta de concretização da justiça social. Agindo com uma configuração ativa na difusão da informação, com vistas a combater as ilegalidades nas relações de consumo, a metodologia utilizada pelo “Projeto Volante Consumidor Mirim nas Escolas” para atingir suas finalidades, possibilitando a relação direta dos extensionistas com o público alvo do projeto – crianças e adolescentes matriculados no 9º ano – e que é o grande diferencial do projeto, são as oficinas pedagógicas, implementadas através da apresentação, por parte dos extensionistas, de peças teatrais acerca dos direitos do consumidor e direcionadas para situações do cotidiano dos alunos assistidos, uma vez que estes se encontram numa faixa etária na qual se apresentam hipossuficientes frente

às investidas dos fornecedores, na busca de induzi-los ao consumo. A metodologia do teatro foi pensada e escolhida de modo a tornar mais dinâmica, lúdica e compreensível as informações repassadas acerca das relações de consumo. Além da apresentação de peças teatrais, também são distribuídos entre os alunos, cartilhas elaboradas pelos extensionistas do projeto acerca dos direitos básicos do consumidor, bem como exemplares do Código de Defesa do Consumidor. Tais oficinas são realizadas nas escolas da rede pública estadual e municipal localizadas no município de João Pessoa, após triagem e prévios agendamento e autorização junto aos gestores, para adentrar as dependências das escolas. Nessa vigência do PROBEX 2013, as escolas assistidas pelo CIDECON são: Escola Estadual Alice Carneiro; Escola Sesquicentenário; Escola Estadual Francisco Campos, Escola Estadual Professora Francisca Ascensão Cunha e Escola Municipal Seráfico da Nóbrega.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, o conteúdo das oficinas visa atingir não apenas os pequenos consumidores, mas também os professores, de tal maneira que possam funcionar como verdadeiros multiplicadores dos direitos do consumidor, tudo com vistas ao alargamento do alcance do projeto, tudo em conformidade com a previsão do art. 1º da Resolução de nº 09/93, a qual estabelece que a extensão na UFPB se consubstancia como um processo educativo e tecnológico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade